

Sábado, 25 de Abril de 2026

## **Deputado Botelho atua para agilizar a liberação de recursos para os comerciantes do Shopping Popular**

### **Shopping Popular destruído pelo fogo**

Da assessoria

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), adiantou que irá trabalhar nesta terça-feira (16) para garantir a liberação do crédito por parte do MT Fomento para os comerciantes do Shopping Popular. Além disso, ele já adiantou que irá cobrar do governo que os afetados pelo incêndio também tenham uma carência de 24 meses e juros zero.

O parlamentar explica que a liberação do crédito é uma prioridade para que os comerciantes possam repor os estoques e possam retomar as atividades o mais rápido possível. Em entrevista ao Jornal da Manhã, na Rádio Cultura FM, Botelho destacou que o governo já sinalizou positivamente para a liberação do crédito, porém, agora estuda a possibilidade de atender a reivindicação da Associação do Shopping Popular referente ao valor. Inicialmente, a proposta seria de um valor de até R\$ 70 mil, mas os comerciantes solicitaram um crédito de até R\$ 120 mil.

“Eu dei uma sugestão, o governador em exercício acatou e os comerciantes entenderam que era o melhor caminho, de um atuação em dois eixos. Primeiro é colocarmos uma linha de crédito para que eles possam adquirir as mercadorias, e, no segundo ponto, é uma área emergencial para trabalhar. Na reunião com a prefeitura, ficou arranjada a área do Dom Aquino, e alinhei com a Associação para que agora eles precisam fazer o encaminhamento para a Casa Civil sobre o que o governo precisa disponibilizar para eles, como banheiro, tenda, contêiner, o que eles precisarem”, explicou Botelho.

O parlamentar ressaltou que a Assembleia Legislativa também está à disposição para caso precise aprovar alguma lei para auxiliar os comerciantes do Shopping Popular. Botelho reforçou que o governo hoje tem capacidade de investimento e não acredita que haja dificuldade por parte do estado em ajudar na reconstrução do prédio.

Quanto às questões legais de repasses de recursos, Botelho adiantou que a Procuradoria da ALMT também está à disposição para encontrar os caminhos legais para ajudá-los. “Vamos avaliar quais são os entraves jurídicos, chamar todos os órgãos para conversar e todos assumem isso. O importante é resolvermos. Já tivemos essa experiência com as escrituras do bairro Santa Izabel, em que todos falavam que não tinha solução, e colocamos todos os órgãos responsáveis sentados à mesa, e resolvemos. Quando junta todos, resolve”, afirmou.

Botelho destacou que é preciso que todos se unam para garantir a reconstrução do prédio, com mais segurança, para que os comerciantes tenham melhores condições de trabalho e também um ambiente mais eficiente para a população que circula pelo local. Porém, ressaltou que é preciso também ficar atento para que depois de passar o clamor social, as pessoas não abandonem os comerciantes. “O momento é de atentar no que vai dar resultado, para que não se torne velório de órfão, que todo mundo fala que vai assumir, mas vai

embora depois do clamor. Temos que pensar no que vai dar resultado, e a prioridade é colocar para funcionar imediatamente, correr atrás do recurso, trabalhar em cima disso”, finalizou.